



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Ficha de unidade curricular

Curso de Mestrado em Direito e Prática Jurídica
Especialidade de Direito Penal.
(2.º Ciclo)

Unidade curricular

Direito Processual Penal III – 2.º Semestre

Docente responsável e respetiva carga letiva na unidade curricular (preencher o nome completo)

Rui Filipe Soares Pereira – 2 horas

Outros docentes e respetivas cargas letivas na unidade curricular

-

Objetivos de aprendizagem (conhecimentos, aptidões e competências a desenvolver pelos estudantes)

São objetivos do presente curso proceder a um estudo aprofundado de direito probatório penal.

Conteúdos programáticos

1. Introdução
 - 1.1. As diferentes aceções de prova
 - 1.2. O conceito jurídico de prova
 - 1.3. O objeto da prova
 - 1.4. O fim ou função da prova
 - 1.5. As teorias da prova à luz dos modelos processuais e dos fins do processo
 - 1.6. A verdade e a prova
2. Os modelos de prova
 - 2.1. O modelo lógico-argumentativo
 - 2.2. O modelo narrativo
 - 2.3. Os modelos híbridos
3. A medida da prova
 - 3.1. Os graus de prova
 - 3.2. A força probatória
 - 3.3. Os *standards* de prova
4. Os princípios fundamentais em matéria de prova
5. O ónus da prova
6. O recurso às regras da experiência e às presunções judiciais
7. Os meios e os métodos de obtenção da prova
8. Os métodos ocultos
9. As provas ilícitas
 - 9.1. As proibições de prova e as regras de exclusão da prova
 - 9.2. As proibições de produção de prova e as proibições de valoração de prova
 - 9.3. Os limites à aquisição e/ou valoração da prova
 - 9.4. O problema da falta de prova e da necessidade de prova



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

10. As limitações epistémicas: a prova não fiável
11. A produção e o registo da prova
12. O processo de prova e a formação da crença/convicção
 - 12.1. O objeto do processo e da prova
 - 12.2. O recurso às narrativas, às probabilidades e às inferências
 - 12.3. A discussão e o julgamento da matéria de facto
 - 12.4. A valoração e a apreciação da prova
 - 12.5. A relevância da composição do tribunal
13. A decisão de facto, a análise crítica da prova, a fundamentação/motivação e a decisão final
 - 13.1. O juízo probatório: verdade ou prova?
 - 13.2. A importância da fundamentação
14. A prova nos recursos

Demonstração da coerência dos conteúdos programáticos com os objetivos da unidade curricular

Os conteúdos programáticos abrangem várias possibilidades de aplicação da prova no domínio do processo penal.

Metodologias de ensino (avaliação incluída)

I. O método das aulas plenárias

O Regulamento de Avaliação dos Cursos de Mestrado em Direito da FDUL impõe o cumprimento de um programa da cadeira, oportunamente remetido ao Conselho Diretivo e divulgado no sítio da Faculdade na Internet e nos lugares de estilo.

As aulas são teórico-práticas.

II. Método das aulas práticas

É sempre realizada a chamada no início de cada aula prática e são registadas as ausências, vulgo “faltas”. A assiduidade não constitui um elemento autónomo de avaliação, mas as faltas constituem um fator de exclusão da avaliação contínua. É permitida a entrada de alunos no decurso da aula, embora com expressa advertência de que tal deve ser evitado.

A participação oral dos alunos é fomentada através de agendamento e indicação prévia de doutrina e jurisprudência, que todos conhecem com antecipação. Também é fomentada a participação espontânea.

É sugerida a realização de um relatório escrito, com o máximo de 15 páginas de texto (tipo de letra Times New Roman, corpo 12 em texto e 10 em nota de rodapé, espaçamento 1,5).

Finalmente, é realizado um teste escrito.

Demonstração da coerência das metodologias de ensino com os objetivos de aprendizagem da unidade curricular

As aulas teórico-práticas garantem a necessária interação com os alunos e a discussão aprofundada dos tópicos do programa da cadeira.

Bibliografia principal

AA.VV.,

(2014) *Direito da Investigação Criminal e da Prova* (coord. MARIA FERNANDA PALMA/AUGUSTO SILVA DIAS/PAULO DE SOUSA MENDES/CARLOTA ALMEIDA), Coimbra: Almedina.

(2010) *Prova Criminal e direito de Defesa – Estudos sobre teoria da prova e garantias de defesa em processo penal* (coord. TERESA PIZARRO BELEZA/FREDERICO DE LACERDA DA COSTA PINTO), Coimbra: Almedina.

ALBUQUERQUE, Paulo Pinto de,

(2011) *Comentário do Código de Processo Penal à luz da Constituição da República e da Convenção Europeia dos Direitos do Homem*, 4.^a ed., Lisboa: Universidade Católica Editora.

ALEXANDRE, Isabel,



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

- (1998) *Provas Ilícitas em Processo Civil*, Coimbra: Almedina.
(1991) *O Ónus da Prova na Acção Civil enxertada em Processo Penal*, Lisboa: Edições Cosmos.
- AMARAL, Jorge Pais de,
(2016) *Direito Processual Civil*, 12.^a ed. (reimpressão da edição de 2015), Coimbra: Almedina.
- AMBOS, Kai,
(2008) “Las prohibiciones de utilización de pruebas en el proceso penal alemán”, in *Prueba y Proceso Penal: Análisis especial de la prueba prohibida en el sistema español y en el derecho comparado* (coord. JUAN LUIS GÓMEZ COLOMER), Valencia: Tirant lo Blanch, pp. 57-149.
- ANDRADE, Manuel da Costa,
(2009) “Bruscamente no verão passado”, a reforma do Código de Processo Penal: observações críticas sobre uma lei que podia e devia ter sido diferente, Coimbra: Coimbra Editora.
(2009) “Métodos ocultos de investigação (Plädoyer para uma Teoria Geral”, in *Que futuro para o direito processual penal? Simpósio em Homenagem a Jorge de Figueiredo Dias, por ocasião dos 20 anos do Código de Processo Penal Português* (coord. MÁRIO FERREIRA MONTE et al.), Coimbra: Coimbra Editora, pp. 525-551.
(1992) *Sobre as proibições de prova em processo penal*, Coimbra: Coimbra Editora (reimpressão de 2013).
- ANDRADE, Manuel de,
(1979) *Noções Elementares de Processo Civil*, Coimbra: Coimbra Editora.
- ANTUNES, Maria João,
(2016) *Direito Processual Penal*, Coimbra: Almedina.
- BAPTISTA, José João,
(2006) *Processo civil I: parte geral e processo declarativo*, 8.^a ed., Coimbra: Coimbra Editora.
- BELING, Ernst,
(2009) “Las prohibiciones de prueba como límite a la averiguación de la verdad en el proceso penal”, in *Las prohibiciones probatorias* (coord. KAI AMBOS/ÓSCAR JULIÁN GUERRERO), Bogotá: Temis, pp. 3-56.
- CALHEIROS, Maria Clara,
(2015) *Para uma Teoria da Prova*, Coimbra: Coimbra Editora.
- CAPELO, Maria José,
(2015) *A Sentença entre a Autoridade e a Prova*, Coimbra: Almedina.
- CASANOVA, J. F. Salazar,
(2004) “Provas ilícitas em processo civil: sobre a admissibilidade e valoração de meios de prova obtidos pelos particulares”, in *Direito e Justiça*, vol. 18, Tomo 1 (2004), pp. 93-130.
- CASTRO, Anselmo de,
(1982) *Direito Processual Civil Declaratório*, vol. III, Coimbra: Almedina.
- CORDEIRO, António Menezes,
(2005) *Tratado de Direito Civil Português*, I, Tomo V, Coimbra: Almedina.
- CORREIA, João Conde,
(2007) “Questões práticas relativas à utilização de diários íntimos como meio de prova em processo penal”, in *Revista do CEJ*, n.º 6 (1.º semestre de 2007), pp. 139-160.
(2006) “A distinção entre prova proibida por violação dos direitos fundamentais e prova nula numa perspectiva essencialmente jurisprudencial”, in *Revista do CEJ*, n.º 4 (1.º semestre de 2006), pp. 175-202.
- DIAS, Jorge de Figueiredo,
(1988/9) *Direito Processual Penal* (Lições coligidas por MARIA JOÃO ANTUNES), Coimbra: Secção de Textos da FDUC.



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

(1974) *Direito Processual Penal*, Coimbra: Coimbra Editora (reimpressão de 2004).

DUARTE, Rui Pinto,

(2015) “Algumas notas acerca do papel da convicção-crença nas decisões judiciais”, in *Escritos Jurídicos Vários 2000-2015*, Coimbra: Almedina, pp. 107-119.

(2015) “Algumas notas acerca da dúvida no direito”, in *Escritos Jurídicos Vários 2000-2015*, Coimbra: Almedina, pp. 533-553.

FARIA, Rita Lynce de,

(2001) *A Inversão do Ónus da Prova no Direito Civil Português*, Lisboa: Lex.

FREITAS, José Lebre de,

(2013) *A Acção Declarativa Comum à Luz do Código Revisto*, 3.^a ed., Coimbra: Coimbra Editora.

(2010) *Estudos Sobre Direito Civil e Processo Civil*, vol. I, Coimbra: Coimbra Editora.

(1998) “Confissão: valor probatório, eficácia no processo e interpretação; sua articulação com a causa de pedir; a admissão e outra confissão”, in *O Direito*, Ano 130, N.ºs 3-4 (Jul.-Dez. 1998), pp. 403-426.

(1991) *A Confissão no Direito Probatório: um estudo de direito positivo*, Coimbra: Coimbra Editora.

FREITAS, José Lebre de/MACHADO, António Montalvão/PINTO, Rui

(2017) *Código de Processo Civil Anotado*, vol. 2.^o, 3.^a ed., Coimbra: Almedina.

GASPAR, António Henriques et. al.,

(2016) *Código de Processo Penal Comentado*, 2.^a ed., Coimbra: Almedina.

GIL, Fernando,

(1992) “Direito: neutralidade do facto e ónus da prova”, in *Sub judice. Justiça e sociedade*, N.º 4 (Set.-Dez. 1992), pp. 8-12.

(1986) *Provas*, Lisboa: INCM.

GOMES, Manuel Tomé Soares,

(2005) “Um olhar sobre a prova em demanda da verdade no processo civil”, in *Revista do CEJ*, N.º 3 (2.^o semestre de 2005), pp. 127-168.

GONÇALVES, Manuel Lopes Maia,

(2009) *Código de Processo Penal Anotado – Legislação Complementar*, 17.^a ed., Almedina: Coimbra.

HASSEMER, Winfried,

(2004) “Processo Penal e Direitos Fundamentais”, in *Jornadas de Direito Processual Penal e direitos fundamentais* (org. MARIA FERNANDA PALMA), Coimbra: Almedina, pp. 15-25.

LIMA, Fernando Pires de/VARELA, João Antunes,

(1987) *Código Civil Anotado*, vol. I, 4.^a ed, Coimbra: Coimbra Editora.

LINHARES, José Manuel Aroso,

(2012) “Evidence (or proof?) as law’s gaping wound: a false persistent aporia?”, in *Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra*, Vol. 88, Tomo I, 2012, pp. 65-89.

(2001) *Entre a Reescrita Pós-Moderna da Modernidade e o Tratamento Narrativo da Diferença ou a Prova como um Exercício de «Passagem» nos Limites da Juridicidade (Imagens e reflexos pré-metodológicos deste percurso)*, Coimbra: Coimbra Editora.

(1988) *Regras de Experiência e Liberdade Objectiva do Juízo de Prova*, Boletim da Faculdade de Direito, Coimbra, suplemento, vol. 31 (1988), pp.1-364.

LOBO, Fernando Gama,

(2015) *Código de Processo Penal Anotado*, Coimbra: Almedina.

LOPES, José António Mouraz,



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

(2011) *A Fundamentação da Sentença no Sistema Penal Português: legitimar, diferenciar, simplificar*, Coimbra: Almedina.

MACHADO, António Montalvão/PIMENTA, Paulo,
(2009) *O Novo Processo Civil*, 11.ª ed., Coimbra: Almedina.

MAGISTRADOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO JUDICIAL DO PORTO,
(2009) *Código de Processo penal – Comentários e notas práticas*, Coimbra: Coimbra Editora.

MARQUES, J. P. Remédio,
(2011) *Acção declarativa à luz do Código revisto*, 3.ª ed., Coimbra: Coimbra Editora.

MATTA, Paulo Saragoça da,
(2004) “A Livre Apreciação da Prova e o Dever de Fundamentação da Sentença”, in *Jornadas de Direito Processual Penal e Direitos Fundamentais* (org. MARIA FERNANDA PALMA), Coimbra: Almedina, pp. 221-279.

MENDES, João de Castro,
(1987) *Direito Processual Civil*, 2.ª vol., Lisboa: AAFDL.
(1961) *Do Conceito de Prova em Processo Civil*, Lisboa: Edições Ática, 1961.

MENDES, Paulo de Sousa,
(2016) “A incerteza factual e a prova no processo penal”, in *Liber amicorum: Manuel Simas Santos* (coord. ANDRÉ PAULINO PITON), Lisboa: Rei dos Livros, pp. 1057-1079.
(2015) *Lições de Direito Processual Penal*, 3.ª reimp. (1.ª ed., 2013), Coimbra: Almedina.
(2010) “A Prova Penal e as Regras da Experiência”, in *Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor Jorge de Figueiredo Dias*, Vol. III, org. MANUEL DA COSTA ANDRADE, MARIA JOÃO ANTUNES e SUSANA AIRES DE SOUSA, Coimbra: Coimbra Editora, pp. 997-1011.
(2004) “As proibições de prova no processo penal”, in *Jornadas de Direito Processual Penal e direitos fundamentais* (org. MARIA FERNANDA PALMA), Coimbra: Almedina, pp. 133-154.

MESQUITA, Paulo Dá,
(2010) *Processo Penal, Prova e Sistema Judiciário*, Coimbra: Coimbra Editora.

MORÃO, Helena,
(2006) “O efeito-à-distância das proibições de prova no Direito Processual Penal português”, in *Revista Portuguesa de Ciência Criminal*, Ano 16, n.º 4 (Outubro-Dezembro de 2006), pp. 575-620.

MÚRIAS, Pedro Ferreira,
(2000) *Por uma distribuição fundamentada do ónus da prova*, Lisboa: Lex.

NEVES, A. Castanheira,
(1968) *Sumários de Processo Criminal*, Coimbra: Dactilog. por João Abrantes.

NEVES, Rosa Vieira,
(2011) *A Livre Apreciação da Prova e a Obrigação de Fundamentação da Convicção (na decisão penal)*, Coimbra: Coimbra Editora.

OLIVEIRA, Luís Pedro Martins de,
(2010) “Da autonomia dos regimes das proibições de prova”, in *Prova Criminal e direito de Defesa – Estudos sobre teoria da prova e garantias de defesa em processo penal* (coord. TERESA PIZARRO BELEZA/FREDERICO DE LACERDA DA COSTA PINTO), Coimbra: Almedina, pp. 257-290.

PALMA, Maria Fernanda,
(2014) “Introdução ao Direito da Investigação Criminal e da Prova”, in *Direito da Investigação Criminal e da Prova* (coord. MARIA FERNANDA PALMA/AUGUSTO SILVA DIAS/PAULO DE SOUSA MENDES/CARLOTA ALMEIDA), Coimbra: Almedina, pp. 7-18.



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

PEREIRA, Rui Soares,

(2016) “Modelos de prova e prova da causalidade”, in *VI Jornadas de Teoria do Direito, Filosofia do Direito e Filosofia Social - Juízo ou decisão? O problema da realização jurisdicional do direito*, ATFD e Instituto Jurídico da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, pp. 447-483.

(2014) “Acerca do Valor Probatório da Confissão do Arguido”, in *Direito da Investigação Criminal e da Prova* (coord. MARIA FERNANDA PALMA/AUGUSTO SILVA DIAS/PAULO DE SOUSA MENDES/CARLOTA ALMEIDA), Coimbra: Almedina, pp. 183-222.

(2012) “Reflexões sobre uma teoria híbrida da prova”, in *Estudos em Homenagem a Miguel Galvão Teles*, Vol. II, Coimbra: Almedina, pp. 207-225.

PIMENTA, Paulo,

(2015) *Processo Civil Declarativo*, Coimbra: Almedina.

RAMALHO, David Silva,

(2017) *Métodos Ocultos de Investigação Criminal em Ambiente Digital*, Coimbra: Almedina.

REGO, Margarida Lima,

(2013) “Decisões em ambiente de incerteza: probabilidade e convicção na formação das decisões judiciais”, in *Julgar*, N.º 21 (2013), pp. 119-147.

REIS, José Alberto,

(2012) *Código de Processo Civil Anotado*, vols. III e IV, 3.ª ed. (reimpressão), Coimbra: Coimbra Editora.

RODRIGUES, Benjamim da Silva,

(2011) *Da Prova Penal*, Tomo I, 3.ª ed., Lisboa: Rei dos Livros.

(2010) *Da Prova Penal*, Tomo II, Lisboa: Rei dos Livros.

RODRIGUES, Fernando Pereira,

(2016) *Os meios de prova em processo civil*, 2.ª ed., Coimbra: Almedina.

(2015) *Noções Fundamentais de Processo Civil*, Coimbra: Almedina.

(2011) *A Prova em Direito Civil*, Coimbra: Coimbra Editora.

RUÇO, Alberto Vicente,

(2016) *Prova e Formação da Convicção do Juiz*, Coimbra: Almedina.

(2013) *Prova Indiciária: por que razão um facto é um indício ou base de uma presunção?*, Coimbra: edição de autor.

SANTOS, Gil Moreira dos,

(2014) *Princípios e prática processual penal*, Coimbra: Coimbra Editora.

SANTOS, Manuel Simas / LEAL-HENRIQUES, Manuel,

(2008) *Código de Processo Penal Anotado*, vol. 1, 3.ª ed., Lisboa: Rei dos Livros.

(2004) *Código de Processo Penal Anotado*, vol. 2, 2.ª ed., Lisboa: Rei dos Livros.

SEIÇA, Alberto Medina de,

(2003) “Legalidade da prova e reconhecimentos «atípicos» em processo penal: notas à margem da jurisprudência (quase) constante”, in *Liber discipulorum para Jorge de Figueiredo Dias* (org. MANUEL DA COSTA ANDRADE et al.), Coimbra: Coimbra Editora, pp. 1387-1421.

SERRA, Adriano Vaz,

(1961-1962) “Provas: direito probatório material”, in *Boletim do Ministério da Justiça*, N.º 110 (Nov. 1961), pp. 61-256; N.º 111 (Dez. 1961), pp. 5-194; N.º 112 (Jan. 1962), pp.33-293.

SILVA, Germano Marques da,

(1993/94) *Curso de Processo Penal*, Lisboa: Universidade Católica, 3 vols. (7.ª ed./1.º vol., 2013, 5.ª ed./2.º vol., 2009, e 4.ª ed./3.º vol., 2014).



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

SILVA, Sandra Oliveira e,
(2011) “Legalidade da prova e provas proibidas”, in *Revista Portuguesa de Ciência Criminal*, Ano 21, n.º 4 (Outubro-Dezembro de 2011), pp. 545-591.

SOUSA, Luís Filipe Pires de,
(2017) *Prova por presunção no direito civil*, 3.ª ed., Coimbra: Almedina.
(2013) *Prova testemunhal*, Coimbra: Almedina.

SOUSA, Miguel Teixeira de,
(1997) *Estudos sobre o Novo Processo Civil*, Lisboa: Lex.
(1995) *As Partes, o Objecto e a Prova na Acção Declarativa*, Lisboa: Lex.
(1984) *A livre apreciação da prova em processo civil*, Braga: Livraria Cruz.

TRINDADE, Cláudia Alves,
(2016) *A Prova de Estados Subjetivos no Processo Civil - Presunções e regras de experiência*, Coimbra: Almedina.
(2013) “Prova, justificação e convicção racional: a propósito do conceito de verdade proposicional no processo decisório jurisprudencial”, in *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor Alberto Xavier* (org. EDUARDO PAZ FERREIRA et. al.), vol. 3, Coimbra: Almedina, pp. 149-185.

VARELA, João de Matos Antunes/BEZERRA, José Miguel/SAMPAIO E NORA,
(1985) *Manual de Processo Civil*, 2.ª ed., Coimbra: Coimbra Editora.